

**GUIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL  
PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA (EPT)**

---

**CONTRIBUIÇÕES PARA UM PERCURSO DEMOCRÁTICO,  
PARTICIPATIVO E EDUCACIONAL**

**FABIANA CENTENO FAGUNDES  
CLARICE MONTEIRO ESCOTT**

AUTORA

**Fabiana Centeno Fagundes**

fabianacenteno@ifsul.edu.br

COAUTORA E ORIENTADORA

**Clarice Monteiro Escott**

clarice.escott@poa.ifrs.edu.br

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fabiana Centeno Fagundes

REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL

Denise Teresinha Grziwotz Scienza

Registro MEC: LP - 90321

Produto educacional elaborado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

PORTO ALEGRE  
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F156g Fagundes, Fabiana Centeno.  
Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica: contribuições para um percurso democrático, participativo e educacional; Fabiana Centeno Fagundes; coautora: Clarice Monteiro Escott.

ISBN: 978-65-5950-010-9

Recurso Digital: Formato [ebook]

Produto Educacional (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2020. Coautora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Clarice Monteiro Escott.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Autoavaliação Institucional. 3. Gestão participativa. 4. Gestão democrática. I. Escott, Clarice Monteiro. II. Título

CDU: 377

Bibliotecário responsável: Filipe Xerxeneski da Silveira – CRB-10/1497

# LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

## FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Distribuição espacial dos câmpus do IFSul .....	08
Figura 2- Foto do Câmpus Gravataí.....	13
Figura 3- Periodização da Autoavaliação Institucional no IFSul .....	08
Figura 4- Diagrama Autoavaliação Institucional e as Concepções de Princípios da Educação Profissional .....	16
Figura 5 - Fluxograma da Autoavaliação Institucional .....	18
Figura 6 - Princípios da Autoavaliação Institucional .....	24
Figura 7 - Princípios da Gestão Democrática .....	27
Figura 8- Etapas do Planejamento Participativo .....	29
Figura 9 - Fluxos e Processos da Autoavaliação Institucional e Planejamento Participativo .....	31

## QUADROS

Quadro 1 - Previsão de Cursos Novos - Câmpus Gravataí (PDI 2021 - 2024) .....	12
Quadro 2 - Eixos SINAES e as Concepções e Princípios da EPT .....	20
Quadro 3 - Conexão entre instrumentos de planejamento e Autoavaliação na EPT.....	21

## GRÁFICOS

Gráfico 1 - Motivos para a Escolha do Curso Técnico em Informática para Internet (Integrado).....	09
Gráfico 2 - Perfil dos estudantes, por sexo. ....	09
Gráfico 3 - Autodeclaração de Cor. ....	10
Gráfico 4 - Tipo de Escola que cursou o Ensino Fundamental .....	10
Gráfico 5 - Renda Per Capita Familiar .....	10
Gráfico 6 - Atividades Extraclasse. ....	10

# LISTA DE ABREVIATURAS

**CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**

**CEFET – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**

**CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

**CONSUP – CONSELHO SUPERIOR**

**CPA – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

**EAD – ENSINO A DISTÂNCIA**

**ENADE – EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES**

**EPT – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**FIC – FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA**

**IES – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

**IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**

**INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**

**LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES**

**PDI – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

**PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO**

**PPI – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

**SERES – SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**SINAES – SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 6

**1. CONTEXTUALIZAÇÃO: O IFSUL E A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....7**

**2. ORGANIZAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)..... 15**

**3. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA PRÁTICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO..... 26**

**4. FLUXOS E PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO NA EPT..... 30**

GLOSSÁRIO..... 34

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 35

*1.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul)..... 08*

*1.1.1. Câmpus Gravataí - Perfil dos cursos e dos alunos . 09*

*1.2. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFSul ..... 11*

*1.3. Autoavaliação Institucional no IFSul e os desdobramentos no Câmpus Gravataí..... 13*

*2.1. Autoavaliação Institucional e as Concepções e Princípios da EPT ..... 16*

*2.2. Legislação ..... 18*

*2.3. Eixos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a EPT ..... 20*

*2.4. Conexão entre os Instrumentos de Planejamento e de Autoavaliação Institucional na EPT ..... 21*

*2.5. Etapas da Organização da Autoavaliação Institucional.....22*

*2.6. Meta-avaliação ..... 23*

*2.7. Princípios da Autoavaliação Institucional ..... 24*

*2.8. Cultura da Autoavaliação Institucional ..... 25*

*3.1. Gestão Participativa e Democrática ..... 27*

*3.2. Participação ..... 28*

*3.3. Planejamento Participativo ..... 29*

*4.1. Fluxos e dos Processos da Autoavaliação Institucional e Planejamento Participativo ..... 31*

*4.2. Planejamento das ações de superação ..... 32*

# APRESENTAÇÃO

---

*"A função fundamental da instituição educativa é a formação, entendida aqui como um processo social. O enfrentamento desta questão passa necessariamente pela avaliação global da instituição" (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 188).*

---

Expandir a cultura da autoavaliação institucional é um movimento complexo e demanda atenção por parte da equipe organizadora a fim de identificar o que é essencial entre múltiplas possibilidades que constituem a *globalidade* da instituição. Também, exige responsabilização dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e a disponibilidade por parte dos gestores em se valerem dos resultados para definir suas políticas e planos de ações.

Este Guia traz uma compilação das bases teóricas e dos princípios norteadores da Autoavaliação Institucional e está organizado em quatro capítulos: o primeiro capítulo é o da **Contextualização: IFSul e a Autoavaliação Institucional**, instituição onde foi desenvolvida a pesquisa, nesse capítulo há uma síntese dos documentos institucionais o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), um histórico da Autoavaliação Institucional e seus desdobramentos no Câmpus Gravataí, bem como perfil dos estudantes e dos cursos.

No Capítulo 2, **Organização da Autoavaliação Institucional no Contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)** são reveladas como as bases conceituais que embasam essa

modalidade educacional e como se articulam com a Legislação, as etapas, os princípios e o estabelecimento de uma cultura de autoavaliação.

No Capítulo 3, consta **A Autoavaliação Institucional na prática da gestão Democrática e o Planejamento Participativo** diante da institucionalidade dos Institutos Federais.

Por fim, é apresentada a proposta de **Fluxos e Processos da Organização da Autoavaliação na Educação Profissional e Tecnológica**

Destaca-se que este Guia é fruto de Pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT, intitulada "Autoavaliação Institucional: Contribuições para os Processos de Gestão do Ensino Técnico e Tecnológico", e está vinculada a Linha de Pesquisa Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos. Espera-se que as informações aqui contidas colaborem com todos os atores e, principalmente, gestores, na consolidação do protagonismo da autoavaliação como prática social orientada a produzir efeitos pedagógicos e políticos para uma gestão democrática em Instituições Federais de Ensino.





**1 . CONTEXTUALIZAÇÃO: O IFSul E  
A AUTOAVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL**





# 1.1. O IFSul

## A INSTITUIÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

O IFSul, no decorrer dos seus 103 anos de vida institucional, busca atuação junto à comunidade regional e nacional. Iniciou como Escola de Artes e Ofícios (1917), posteriormente foi denominada Instituto Profissional Técnico (1930), Escola Técnica de Pelotas (1942), Escola Escola Técnica Federal de Pelotas (1959), Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS (1999), até se tornar Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), nos termos da Lei nº 11.892/2008.

O IFSul é formado por quatorze (14) câmpus (figura 1) e está presente em 13 municípios do Rio Grande do Sul (RS), cuja distribuição pode ser observada no Mapa da Figura 1. A sede da Reitoria está localizada no município de Pelotas (RS). A Instituição atende mais de 24.000 estudantes em cursos

de formação inicial de continuada (FIC), Técnicos, Técnicos, Bacharelados, Licenciaturas, Especialização, Mestrado e obteve primeiro Programa de Doutorado aprovado pela CAPES em 2020, que está em processo de implantação.

A construção desse Guia foi direcionada ao Câmpus Gravataí, no entanto, aplica-se à realidade de outros câmpus do IFSul bem como em outros Institutos Federais.

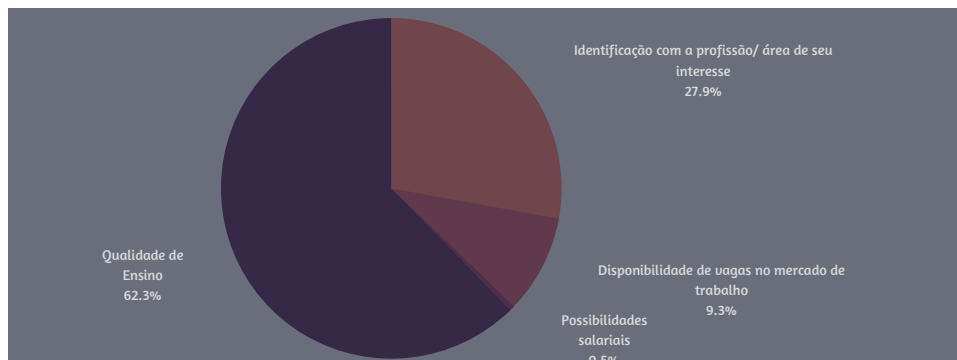


### Câmpus do IFSul

1. Câmpus Pelotas | Pelotas - Câmpus Viconde da Graça
2. Câmpus Bagé
3. Câmpus Camaquã
4. Câmpus Charqueadas
5. Câmpus Gravataí
6. Câmpus Avançado Jaguarão
7. Câmpus Lajeado
8. Câmpus Avançado Novo Hamburgo
9. Câmpus Passo Fundo
10. Câmpus Santana do Livramento
11. Câmpus Sapiranga
12. Câmpus Sapucaia do Sul
13. Câmpus Venâncio Aires

Figura 1 - Mapa distribuição espacial dos câmpus do IFSul. Fonte: <http://ifsul.edu.br/mapa>, acessado em 07/07/2020

## 1.1.1 Câmpus Gravataí: Perfil dos Cursos e Estudantes



**Gráfico 1** - Motivos para a Escolha do Curso Técnico em Informática para Internet (Integrado).

Fonte: Perfil socioeconômico do estudante ingressante do Curso Técnico Integrado em Informática para Internet, câmpus Gravataí, 2018.

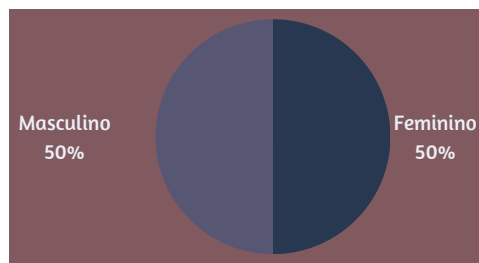
O Câmpus Gravataí, está localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS). O município de Gravataí tem pouco mais de 250 mil habitantes e 91% da população vivendo em área urbana. Com o 4º maior PIB do estado, é um dos maiores polos industriais do estado do Rio Grande do Sul, além de ter um significativo setor de comércio e serviços.

Alinhado com o perfil do município, atualmente o Câmpus Gravataí tem seus cursos voltados para a área de Informação e Comunicação (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia). Em parceria com o Câmpus Sapucaia do Sul é oferecido o Curso de Especialização em Educação Física Escolar.

Em 2020, foram ofertados regularmente o Curso de Técnico em Informática para Internet (Integrado) e o Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnologia).

O perfil do aluno se articula com a Autoavaliação Institucional na construção de um diagnóstico mais completo da realidade institucional. É uma maneira de apresentar a realidade social, cultural e econômica, bem como as características dos mesmos.

Ao investigar a escolha do curso integrado, verificou-se que mais da metade dos estudantes indicou que foi a qualidade do ensino o motivo principal para a decisão. A maioria dos estudantes tem entre 14 e 17 anos, são solteiros (98,73 %), não possuem filhos e moram com os pais (97,47%).

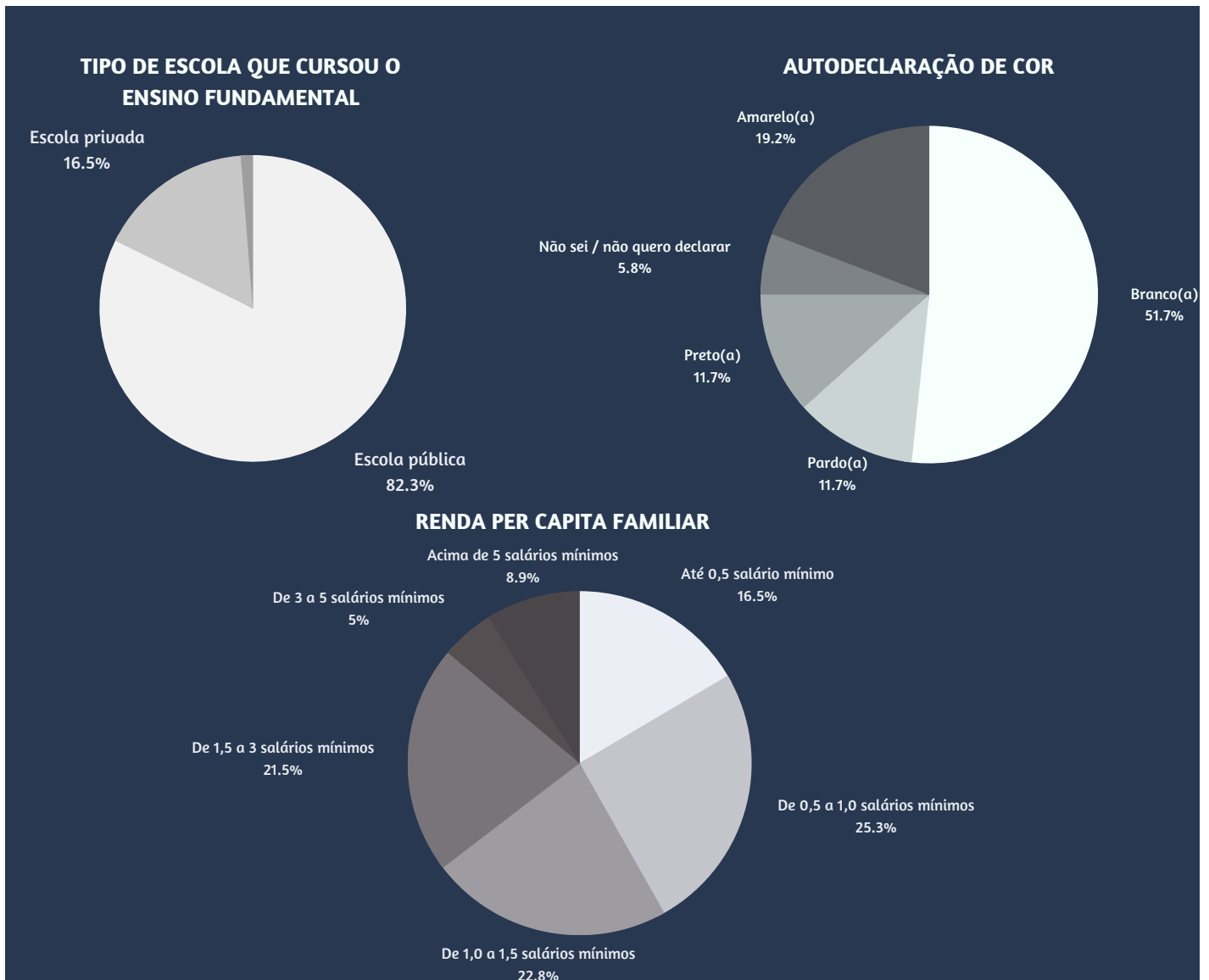


**Gráfico 2** - Perfil dos estudantes, por sexo.

Fonte: Perfil socioeconômico do estudante ingressante do Curso Técnico Integrado em Informática para Internet, câmpus Gravataí, 2018.

Os estudantes do câmpus estão em número igual quanto ao sexo (50% feminino e 50% masculino).

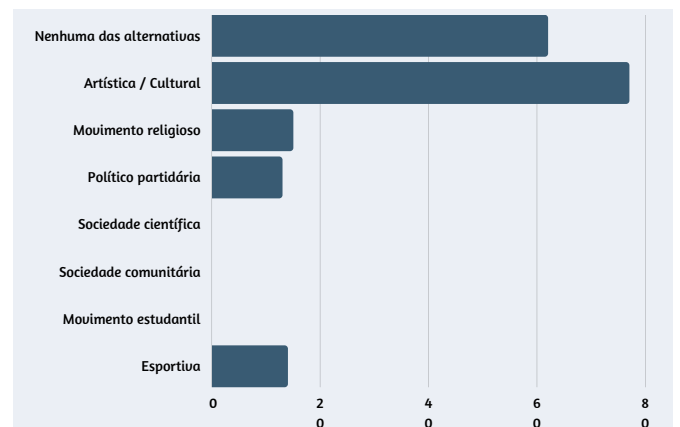
*Assim, sua identidade como última etapa da educação básica dever ser definida mediante um projeto que, conquanto seja unitário em seus princípios e objetos, desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem – adolescentes, jovens e adultos, reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o ensino médio. (RAMOS, 2010, P.48)*



**Gráfico 3** - Autodeclaração de Cor. **Gráfico 4** - Tipo de Escola que cursou o Ensino Fundamental - **Gráfico 5** - Renda Per Capita Familiar. Fonte: Perfil socioeconômico do estudante ingressante do Curso Técnico Integrado em Informática para Internet, câmpus Gravataí, 2018.

Com relação a cor 62,79% se consideram brancos, 7,9% pretos ou pardos e 2,33% amarelos. A maioria concluiu o Ensino Fundamental em Escola Pública (82,28%). No gráfico 6, verifica-se que nenhum estudante tem oportunidade de trabalhar com ciência, sociedade comunitária e movimento estudantil nas atividades extraclasse.

Considerando que os ingressantes do integrado compõem a maior parte dos estudantes do câmpus, destaca-se a importância de construir uma Autoavaliação Institucional que contemple, também, as necessidades desse nível de ensino.



**Gráfico 6** - Atividades Extraclasse. Fonte: Perfil socioeconômico do estudante ingressante do Curso de Técnico Integrado em Informática para Internet, câmpus Gravataí, 2018.

*Observação: Os levantamentos apresentados mostram apenas o perfil de estudantes ingressantes no curso integrado, porque a primeira turma de Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas é 2020-1, e do curso de Especialização em Educação Física Escolar é 2019-2, não sendo possível realizar esse processo até a conclusão desse material.*



## 1.2. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFSul

A avaliação e o acompanhamento fazem parte do ciclo de desenvolvimento institucional, que se inicia com a elaboração do PDI. Esse documento é uma exigência para as instituições de ensino superior, atualmente orientada pelo Decreto N° 9.235/2017, que visa indicar para a comunidade os itinerários orientadores para a sua rotina acadêmica e de aspectos que se desejam alcançar em períodos plurianuais. O PDI atual (2020-2024) resulta, então, de uma construção histórica do IFSul:

**1º PDI (2005):** exigido pelo Decreto N°5.225/2004;

**2º PDI (2007):** mesmo o documento anterior estando no período de vigência, esse documento foi reconstruído em 2007, para se alinhar com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);

**3º PDI (2009-2014):** construído após a publicação a Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais;

**4º PDI (2014-2019):** a construção desse documento partiu de uma avaliação do anterior. Apesar disso, "Autoavaliação Institucional, em

atendimento à exigência legal, era aplicada somente ao Ensino Superior de Graduação. Por ter foco somente na comunidade acadêmica envolvida nesse nível de ensino, resultava em uma visão parcial da Instituição, o que dificultava a sua articulação com o Planejamento Institucional"(IFSul, PDI 2014-2019 p.15). A Autoavaliação de toda Instituição somente foi implementada a partir de 2014, processo que será detalhado no próximo capítulo.

**5º PDI (2020-2024):** O plano de trabalho de elaboração do PDI 2020-2014 foi aprovado pelo CONSUP por meio da Resolução n° 118/2018.

Foi determinado que o planejamento estratégico 2020-2024 do IFSul será baseado no método Balanced Scorecard (BSC), tendo em vista que as terminologias utilizadas no PDI anterior se aproximavam desse método. Essa metodologia tem sido aplicada extensamente por instituições públicas e apresenta uma tradução confiável da missão, da visão, dos valores e da estratégia traduzidos em objetivos, medidas de desempenho e metas" (ENAP, 2017).

### PDI

(Plano de Desenvolvimento Institucional)  
Documento construído coletivamente que guia o desenvolvimento institucional.



### RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Documento elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) que apresenta anualmente a evolução dos processos institucionais



O trabalho de elaboração do planejamento estratégico do IFSul para o PDI 2020-2024 se concentrou nas seguintes fases: 1ª fase – Desenvolvimento da estratégia e 2ª fase – Planejamento da estratégia” (IFSul, PDI 2020-2024, p.34).

O PDI apresenta as finalidades e objetivos e diretrizes institucionais, bem como as políticas de atendimento a discentes, gestão de pessoas, infraestrutura e organização administrativa, sustentabilidade financeira, planejamento de oferta de vagas e cursos.

PREVISÃO NOVOS CURSOS - CÂMPUS GRAVATAÍ	2021	2022	2023	2024
Comunicação Visual Integrado	X			
Logística - PROEJA	X			
Eixo de Informação e Comunicação Integrado (a definir)			X	

Quadro 01 - Previsão de Cursos Novos. 2021 - 2024.  
Fonte: IFSul, PDI 2020-2024, 2020 p.86-88.

O acompanhamento e a avaliação formal são processos estreitamente relacionados do PDI e acontecem em um método padronizado a ser repetido anualmente. Esse processo é complementado pela Autoavaliação Institucional, coordenada pela CPA, que “tem como fim auxiliar o IFSul na melhoria da qualidade dos processos educativos de ensino, pesquisa e extensão, tendo como foco a sua missão institucional”. ” (IFSul, PDI 2020-2024 P.150).

As Concepções e Princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estão evidenciadas no atual PDI, uma vez as forças trazidas pela comunidade acadêmica resultam ou estão representadas no Projeto Pedagógico de Formação Integral (projetos acadêmicos, ensino médio integrado, metodologia de ensino, atividades complementares). Essa formação tem o compromisso com a formação humana, com a produção e difusão de conhecimentos científicos,

Compõe o documento, também, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e a Organização Didática-Pedagógica.

O PPI apresenta Currículo, Avaliação, Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, assim como a relação entre essas dimensões, além da previsão de participação discente nos órgãos colegiados. A Organização Didático-Pedagógica aponta a orientações sobre o Perfil de Egressas e Egressos, seleção de conteúdos, princípios metodológicos, e outras questões específicas da organização do cotidiano acadêmico.

tecnológicos e humanísticos e é destacada como um dos valores do IFSul. O documento marca que a **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão** são dimensões importantes para garantir a **formação integral/omnilateral** dos membros da comunidade acadêmica do IFSul.

Os projetos pedagógicos dos cursos e programas deverão devem ser construídos pautados nos seguintes princípios: **indissociabilidade entre saber e fazer**; **formação humanística e ética**; **trabalho como princípio educativo**; **problematização e contextualização do ensino**; **pesquisa como elemento educativo**; **desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe**; **estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora**; **interdisciplinaridade e flexibilidade curricular**. ” (IFSul, PDI 2020-2024, p.65)



## 1.3. Autoavaliação Institucional no IFSul e os desdobramentos no Câmpus Gravataí

A trajetória dessa política é apresentada nessa síntese da Autoavaliação Institucional no IFSul, gerada a partir da análise dos documentos da Comissão Própria de Avaliação (CPA) (relatórios, regimentos, portarias, etc).

A partir desse estudo, entende-se que a autoavaliação no IFSul pode ser sistematizado em quatro períodos principais, são eles:

### **1º período (até 2004) Ausência de processo de Autoavaliação Institucional**

Da sua fundação até o ano de 1998, a instituição oferecia apenas cursos técnicos. Em 1999, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e passou a ofertar seus primeiros cursos de graduação e pós-graduação. Nessa condição, a instituição ficou sujeita às leis próprias do ensino superior quanto a prestação de contas de suas práticas, incluindo o planejamento e a Autoavaliação Institucional.

Apesar disso, como CEFET não sistematizou um processo de autoavaliação, uma vez que esse nível de ensino constituía um percentual muito pequeno dos cursos que eram oferecidos pela instituição.

Em âmbito nacional se observa uma inconsistência na política de avaliação, que se mantém atrelado à noção de controle, medição e ranqueamento. Nesse período, também ganhou força o Exame Nacional de Cursos (“Prouão” - 1996-2003 - Lei n. 9.131/1995.)

Esses vieses refletem a conjuntura do país que passava por um ciclo de políticas inspiradas em ideias neoliberais e em submissão às imposições de organismos financeiros internacionais, com o foco em privatizações e redução de gastos sociais, incluindo a educação.



Figura 2 - Foto do Câmpus Gravataí, Acervo (2017).

## Autoavaliação no IFSul

### 2º período (2004-2008)

#### Inicialização.

Nesse período eram avaliados apenas os cursos de graduação em duas unidades (Sapucaia do Sul e Pelotas). Ao mesmo tempo que cresce o número de cursos de Nível Médio, que continuam sem participar da autoavaliação.

No que se refere às políticas nacionais, em contraposição às concepções neoliberais do período anterior, diversas medidas de valorização da educação, incluindo bolsas, valorização dos profissionais foram implementados. Na Educação Profissional e Tecnológica e o fortalecimento da oferta um grupo de apoio a CPA central nos câmpus.

### 3º período (2009-2013)

#### Transformação institucional e ampliação da Autoavaliação

Nesse período adveio a transição para Instituto Federal. A autoavaliação era realizada a partir de dados col-

coletados por meio de questionários aplicados aos docentes, técnicos-administrativos e discentes dos três Câmpus da Instituição que possuíam Cursos de Educação Superior: Pelotas, Sapucaia do Sul e Passo Fundo, bem como por meio de entrevistas dirigidas aos gestores da IES.

Em 2011, são instituídas comissões locais em todos os câmpus com ensino superior, que, até então, era obrigatório apenas para câmpus com mais de 500 alunos.

### 4º período (2014-Atual)

#### Institucionalização da Autoavaliação

Em 2014 todos os cursos são incluídos na avaliação, sendo um importante passo para a consolidação do processo em nível institucional.

Nos anos de 2015 e 2016 foram publicados os relatórios anuais em um novo formato, que começaram a ser temporalmente mais específicos.

O relatório de Gestão não foi mais utilizado, o que deixou relatório mais resumido.

No ano de 2017 é designada a primeira CPA do Câmpus Gravataí. Nesse mesmo ano, o Câmpus Gravataí produz seu primeiro relatório de Autoavaliação Institucional, mesmo tendo em sua organização apenas cursos técnicos.

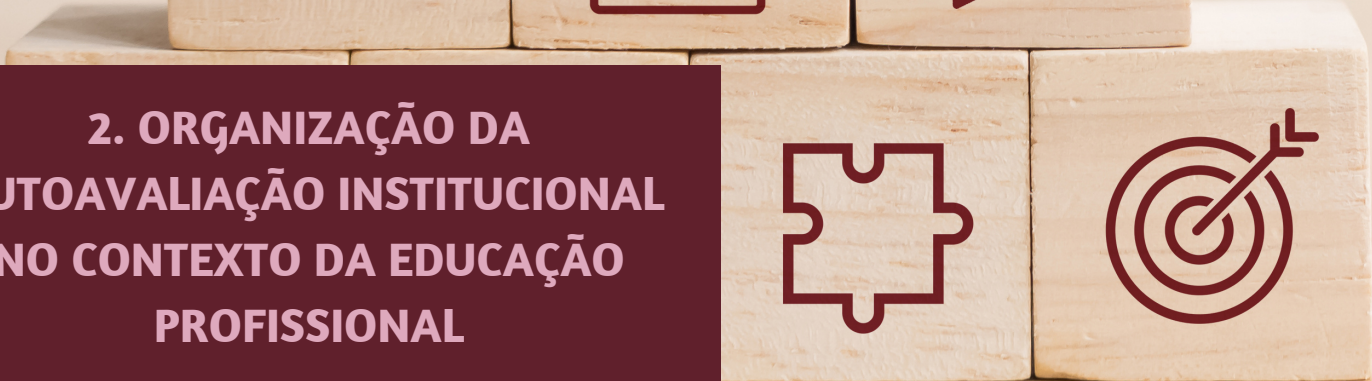
Ainda nesse ano as 10 dimensões do SINAES são reorganizadas em 5 Eixos que, atualmente, ainda orientam a Autoavaliação Institucional da Instituição.

**EM 2014, TODOS OS CURSOS DA INSTITUIÇÃO PASSAM A SER AUTOAVALIADOS**

Percorrendo os períodos citados, percebe-se que se está em um processo de fortalecimento da avaliação institucional no IFSul, mas que ainda se tem alguns passos para garantir sua consolidação.



**Figura 3** - Periodização da Autoavaliação Institucional no IFSul. Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).



**2. ORGANIZAÇÃO DA  
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL  
NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL**



## 2.1. Autoavaliação Institucional e as Concepções e Princípios da EPT

Como visto na análise do PDI e da Autoavaliação Institucional do IFSul, apresentada no Capítulo 1, há a necessidade de fortalecimento da articulação desses processos dentro da Instituição. Além disso, as políticas de Autoavaliação Institucional vigente no país estão voltadas para a educação superior e a pós-graduação, o que acaba não contribuindo para o estabelecimento da cultura dessa modalidade de avaliação dentro do contexto dos Institutos Federais.

Os Institutos Federais têm marcas e características próprias com seus diferentes tipos de oferta e arquitetura curricular, disparidade de trajetórias e experiências do alunado, pluralidade de contextos sociais, especificidades locais de produção/ identidade local, densidade tecnológica distinta dos setores da economia e articulação com o projeto de transformação social.

Desenvolver uma política para essas instituições deve levar em conta as premissas da Autoavaliação Institucional e as principais Concepções e Princípios da Educação Profissional e Tecnológica (figura 4), definida a partir das bases teóricas que fundamen-

tam os Institutos Federais. Além disso, deve considerar o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos que "é um referencial para subsidiar o planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio" (BRASIL, 2016, p. 8). Ainda atende ao que está previsto nos descritores do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, este documento "contribui para qualificar a oferta dos CST e formar profissionais cada vez mais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades próprias de cada curso tecnológico, com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnolo-

gias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade" (BRASIL, 2016, p. 8). Uma política de autoavaliação específica para a EPT, portanto, pode contribuir para a garantia da institucionalidade e da autonomia.

Para Libâneo (2008, p.141), "a autonomia é o fundamento da concepção democrático-participativa da gestão escolar, razão de ser do projeto pedagógico-curricular. Ela é definida como faculdade das pessoas de se auto-governarem, de decidirem sobre seu próprio destino"

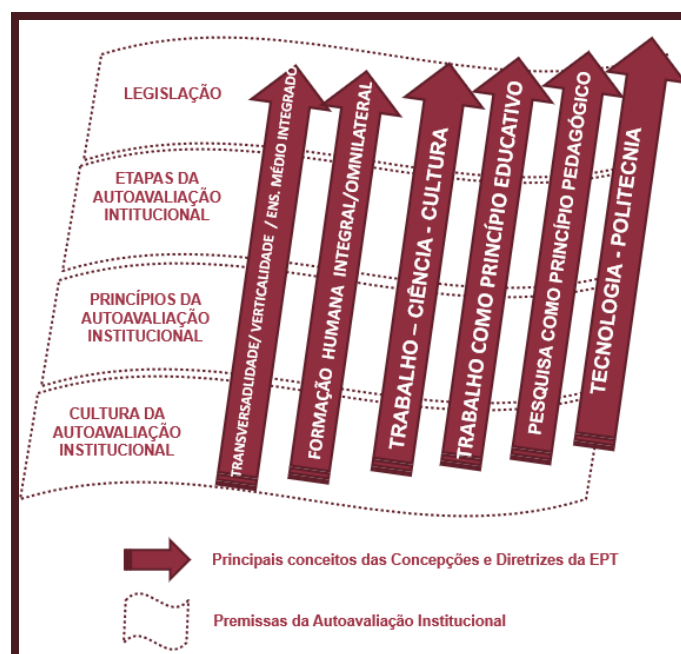


Figura 4 - Diagrama Autoavaliação Institucional e as Concepções de Princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

# CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS DA EPT

Na Educação Profissional e Tecnológica, considera-se que o desenvolvimento de políticas/programas de Autoavaliação Institucional, devem estar comprometidas com as concepções e princípios da EPT inter-relacionados com a legislação, as etapas de organização do processo, os princípios e da cultura da Autoavaliação Institucional, conforme representado no Diagrama (Figura 03).

## FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

"O Ensino Médio Integrado, etapa final da educação básica, na perspectiva de uma sociedade justa, é uma formação omnilateral, integral ou politécnica, que leve a emancipação dos sujeitos envolvidos nessa formação. Tem o papel de recuperar a relação entre o conhecimento científico e a prática do trabalho."

(SAVIANI, 2007)



## TRANSVERSALIDADE

"A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica." (PACHECO, 2011, p. 24).

## VERTICALIZAÇÃO CURRICULAR

"A organização pedagógica verticalizada, que pode ir do curso FIC ao doutorado, permite que docentes e discentes compartilhem espaços de aprendizagem, que permitam a construção itinerários de formação."

(PACHECO, 2011)

## TRABALHO

"A educação profissional e tecnológica tem por objetivo formar para o mundo do trabalho, sendo, então, o trabalho o conceito que permeia todos o processo educativo."

(SAVIANI, 2007)

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA

"Podemos definir a tecnologia, então, como mediação entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real) (BRASIL, 2007, p. 44)".



## CULTURA

"É a outra dimensão da vida indispensável para uma formação integral, que são os valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade."

(BRASIL, 2007)

## TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

"Orienta uma educação que reconhece a capacidade de todo o ser humano de desenvolver-se de maneira produtiva, científica e cultural, no seu processo de formação"(RAMOS, In ARAÚJO; SILVA, 2017, p. 26).



## PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

"Ela instiga o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude, para que não sejam incorporados pacotes fechados de visão de mundo, de informações e de saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos" (BRASIL, 2007. p.48).

## 2.2. Legislação

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases - prevê que a União deve assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, com o objetivo de definir prioridade e melhorias da qualidade de ensino.

Atualmente, em relação a Educação Superior, o processo de avaliação é regulado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que Instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

A Portaria Normativa Nº 23, de 21 de dezembro 2017 determina o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior - IES e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, conforme apresentado no Fluxograma de Autoavaliação Institucional (figura 5) para a solicitação de autorização ou reconhecimento, é indispensável que o curso conste no PDI atualizado.

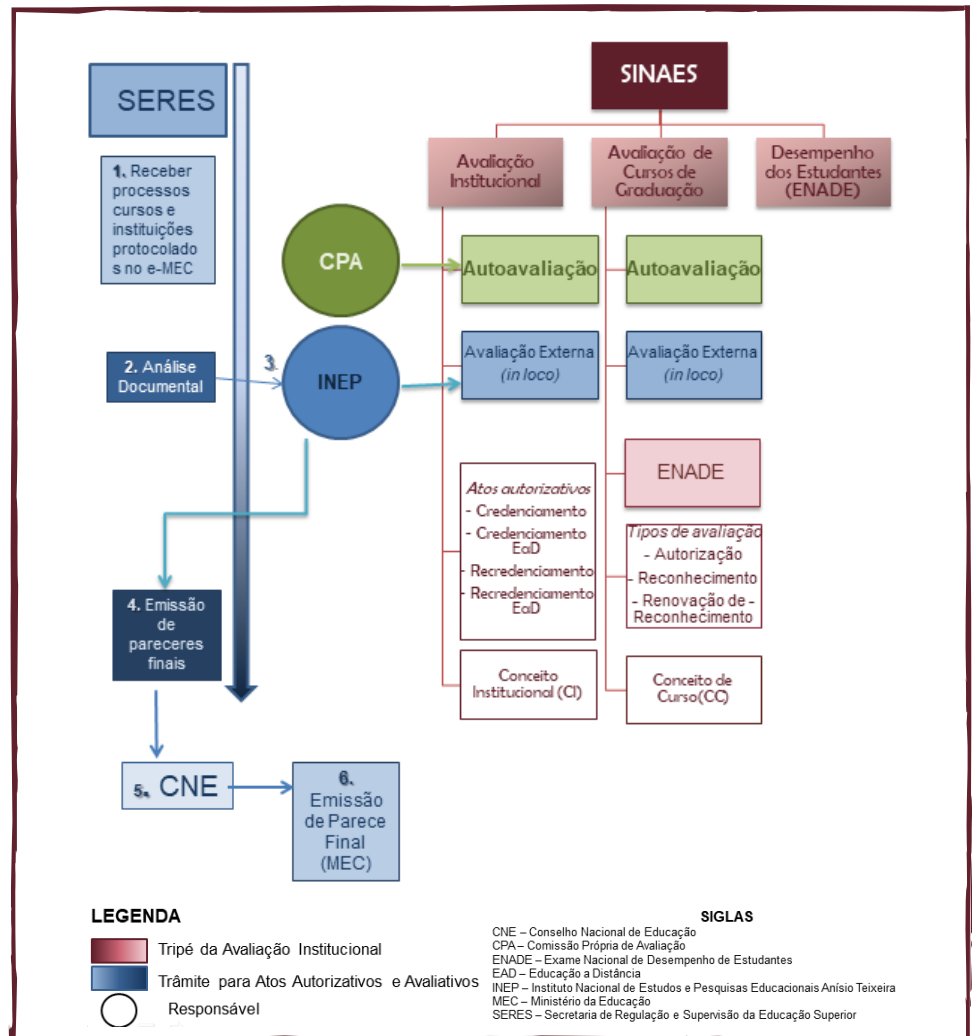


Figura 5 - Fluxograma da Autoavaliação Institucional. Fonte: Elaborado a partir do SINAES pelas autoras (2020)

Os processos são protocolados junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, no Sistema e-MEC.

Na sequência, o processo segue para apreciação da SERES, que fará a análise documental, após seguirá ao INEP, para a organização das Avaliações Externas (*in loco*). Após, o processo volta para a SERES para a emissão do parecer final com validade até o ciclo avaliativo seguinte.

Se aprovados, os processos seguem para Conselho Nacional (CNE) para a Homologação e emissão de portaria do CNE, assinada pelo Ministro da Educação.

**Observação:** Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, nos termos dessa Portaria e do Decreto nº 9.235, de 2017, independem de autorização do MEC para funcionamento, devendo a instituição informar à SERES, por meio do Sistema e-MEC, os cursos criados por atos próprios, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do ato de criação do curso.

## SINAES

O SINAES é composto por uma série de instrumentos complementares para avaliar a qualidade dos cursos oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES). São eles: Avaliação Institucional (externa) feita pela SERES e pelo INEP e Autoavaliação Institucional (interna) realizada pela CPA, a Avaliação dos cursos de Graduação e o Exame de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que juntos compõem o tripé da avaliação.

## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional é subdividida em Autoavaliação e Avaliação Externa, ambas visam avaliar a qualidade dos cursos de graduação. Estes processos não se opõem, pelo contrário, se complementam.

Existem quatro tipos de atos autorizativos:

- Credenciamento;
- Credenciamento EAD;
- Recredenciamento e
- Recredenciamento EAD.

## AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Periodicamente, os cursos de graduação são avaliados por meio de instrumentos que incluem visitas de comissões externas e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

De acordo com o INEP há três tipos de avaliação de curso:

- Autorização (cursos novos de instituições privadas);
- Reconhecimento e
- Renovação de conhecimento.

## AUTOAVALIAÇÃO

O processo de autoavaliação é conduzido pela CPA. Esta comissão deve contar com a composição de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Na estrutura administrativa, as CPA's têm prerrogativa de autonomia, uma vez que são entendidas como órgãos de representação acadêmica e não de administração da instituição.

## DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Para verificar o desempenho dos estudantes é aplicado ENADE aos concluintes dos cursos de graduação que é caráter obrigatório.

A definição das áreas participantes é estabelecida anualmente, por procedimentos amostrais, e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento.

## AVALIAÇÃO EXTERNA

A Avaliação Externa, por sua vez, busca identificar as fragilidades e potencialidades das Instituições. O processo começa pela análise do PDI, da missão, objetivos e valores institucionais. A partir desses resultados, as IES devem traçar planos de melhoria para garantir o crescimento e qualidade do ensino oferecido.

Esta avaliação é de responsabilidade do INEP, que organiza as visitas in loco das comissões e providencia os pareceres que são enviados a SERES.

## 2.3. Eixos dos Sinaes e EPT

O SINAES prevê que a autoavaliação e a avaliação externa são orientadas por cinco (5) eixos que agrupam dez (10) dimensões que orientam o processo. Abaixo, há um paralelo deles com as concepções e princípios da EPT.

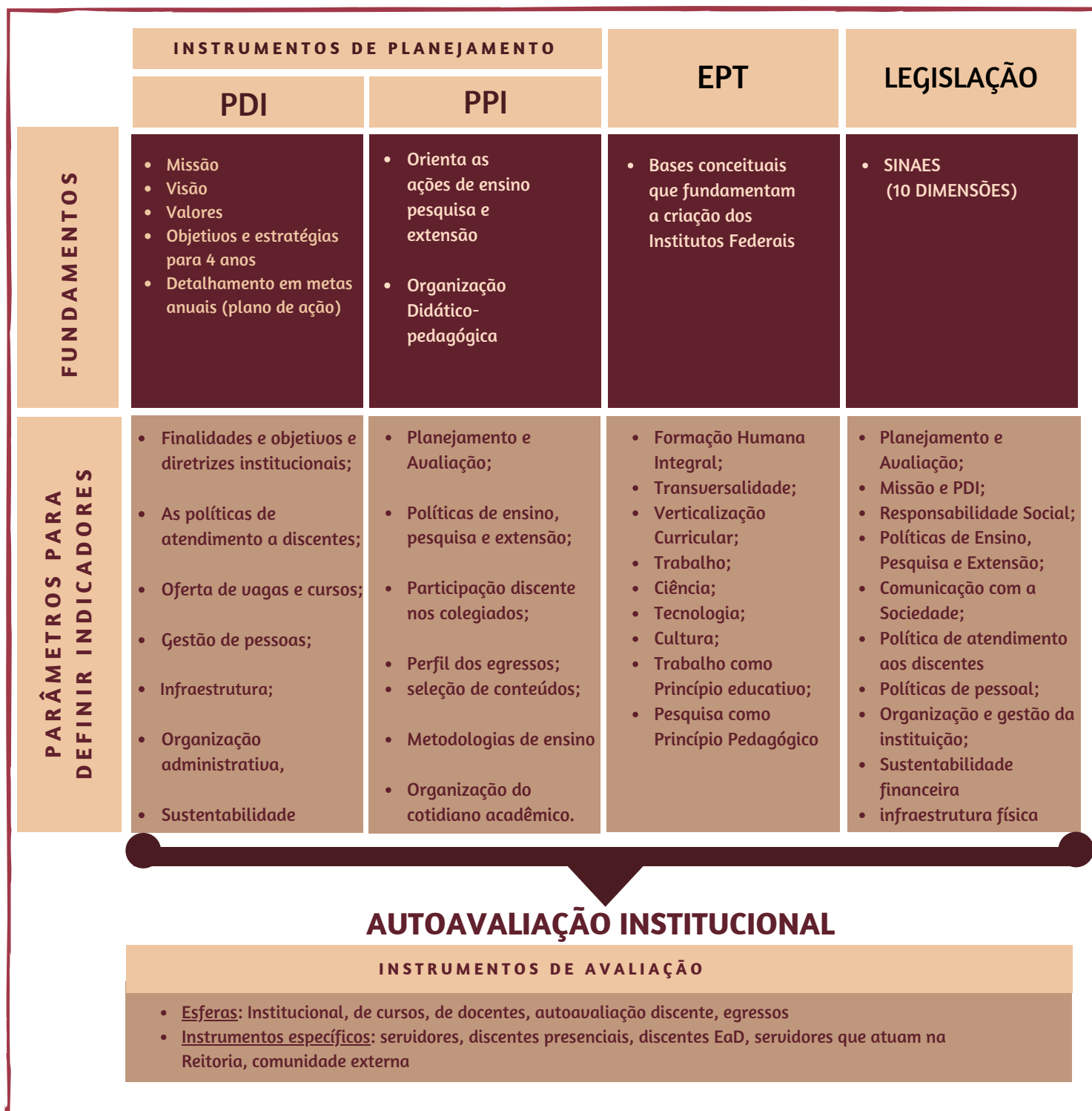
EIXOS SINAES	DIMENSÕES SINAES	PARALELO COM AS CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS DA EPT
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	Planejamento e Avaliação	<p>A comunidade acadêmica reconhece a importância da Autoavaliação para melhoria dos processos institucionais?</p> <p>O planejamento considera a formação integrada, o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e favorece o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão alinhadas com o desenvolvimento local?</p>
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional. Responsabilidade Social da Instituição	<p>A comunidade acadêmica possui conhecimento dos documentos institucionais de planejamento, como PDI e PPI?</p> <p>As atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão são coerentes com responsabilidade social da instituição?</p>
POLÍTICAS ACADÊMICAS	Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Comunicação com a Sociedade; Política de Atendimento aos Discentes	<p>Os cursos oferecidos pela instituição consideram os conceitos de politecnia e trabalho como princípio educativo na organização dos seus Projetos Pedagógicos e planos de ensino?</p> <p>A prática educativa está comprometida com uma formação integral e integrada para/com o mundo do trabalho?</p> <p>Os programas de estágio e prática profissional contribuem para a formação do estudante adequada aos campos de atuação e a articulação teoria e prática?</p> <p>O acompanhamento de egressos do câmpus verifica se o perfil de conclusão dos profissionais assegura a inserção dos estudantes no mundo do trabalho?</p> <p>As ações de inclusão, acompanhamento e Assistência Estudantil são eficientes para todos os níveis de ensino (verticalidade)?</p> <p>O ensino oferecido abre possibilidades para o prosseguimento dos estudos futuros em outros níveis?</p> <p>A política de pesquisa, inovação e tecnologia atendem às necessidades da comunidade acadêmica do câmpus?</p>
POLÍTICAS DE GESTÃO	Políticas de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição; Sustentabilidade Financeira	<p>A qualificação do quadro de servidores do câmpus está coerente para implementar ações desenvolvidas que integrem a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão?</p> <p>São desenvolvidas ações de formação continuada de servidores, principalmente docentes, para atuarem nos múltiplos níveis de ensino?</p> <p>A instituição constitui um ambiente de trabalho acolhedor e democrático para que servidores e estudantes expressem suas opiniões com base nos preceitos da diversidade, da inclusão e da formação profissional?</p> <p>Há um esforço da gestão para gerar e alocar recursos financeiros que favoreça o ensino integrado e uma formação integral (com base na integração de todas as dimensões da vida - trabalho, ciência e cultura)?</p>
INFRAESTRUTURA	Infraestrutura Física	<p>Os laboratórios (ciências, multidisciplinares, informática, etc) e bibliotecas, salas de aula, salas de estudos permitem o desenvolvimento de pesquisas e as práticas profissionais nos múltiplos níveis de ensino, bem como, as compatíveis com as atividades educacionais dos Cursos, conforme previsto no Catálogos Nacionais dos Cursos Técnicos e Tecnológicos?</p> <p>Os ambientes são propícios para promover atividades artísticas e a diferentes manifestações de cultura?</p>

Quadro 2 - Eixos SINAES e as concepções e princípios da EPT. Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)



## 2.3. Conexão entre os Instrumentos de Planejamento e de Autoavaliação Institucional na EPT

Aqui apresenta-se uma proposta para basear a melhor articulação entre o instrumentos de planejamento (PDI e PPI), as bases da EPT e os instrumentos de Autoavaliação Institucional.



Quadro 3 - Conexão entre instrumentos de planejamento e Autoavaliação na EPT. Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

## DISPOSITIVOS LEGAIS

**LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 - Instituiu o SINAES.**

**PORTARIA Nº 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004 - Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.**

**LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.**

**PORTARIA NORMATIVA Nº 23, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010 - Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações.**

**DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 - dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.**

**PORTARIA NORMATIVA Nº 19, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017 - Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.**

**PORTARIA Nº 1.383, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017 - Aprova, em extrato, os indicadores dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. Revoga Portaria MEC nº 92, de 31 de janeiro de 2014**

## 2.5. Etapas da Autoavaliação Institucional

Pode-se considerar 5 etapas para a realização da Autoavaliação Institucional:

**1ª ETAPA: Planejamento/Preparação:** esta primeira etapa começa pela constituição de uma Comissão Própria de Avaliação, com representantes de todos os segmentos. Ela será responsável pela elaboração dos instrumentos e pela mobilização da comunidade acadêmica sobre a importância da participação.

"O sentido educativo da avaliação se potencia ainda mais quando os próprios agentes de uma instituição se assumem como protagonistas da tarefa avaliativa" (DIAS SOBRINHO, 2013, p. 177).

Os instrumentos devem atender a realidade da instituição e estarem alinhados ao que

\* Adaptado da proposta de Autoavaliação da CAPES (2018)

## 2.6. Meta-avaliação

Meta-Avaliação é a avaliação da autoavaliação. Consiste na verificação do alcance dos objetivos inicialmente traçados na avaliação e se foram atingidos de forma adequada e eficaz. Além disso, busca assegurar a integridade da avaliação, desde a sua concepção até seus resultados. A esses princípios, pode-se acrescentar àqueles indicados por DIAS SOBRINHO (2011)

está proposto no SINAES, devendo contemplar as 10 dimensões, agrupadas em 5 Eixos, como no Quadro 2. Também é importante definir os objetivos e um cronograma de aplicação.

**2ª ETAPA: Aplicação dos instrumentos de autoavaliação.**

Aplicação de questionário on-line aos estudantes, docentes e técnico-administrativos.

**3ª ETAPA: divulgação dos resultados**

A divulgação dos resultados, preferencialmente, deverá ser realizada por vários meios, site, reuniões.

**4ª ETAPA: Uso dos resultados.**

Incentivar a aplicabilidade dos resultados como ferramenta identificadora de problemas na produção de estratégias e estabelecimento de ações para a melhoria das situações apontadas como insatisfatórias.

**5ª ETAPA: Meta-avaliação**

quais sejam: Totalidade, Integração, Processo, Pedagogia, Orientação Formativa, Qualidade, Flexibilidade, Credibilidade, Comparabilidade, Institucionalidade e Permanência. (ver Glossário p.31)

Todo esse processo, ao fim do ciclo, avaliativo visa o fortalecimento da capacidade avaliativa da Instituição.

"A meta-avaliação avalia o nível de qualidade com que se desenvolveu o processo de avaliação e a suficiência do sistema de avaliação. Num primeiro nível, determina forças e fraquezas que não foram detectadas pela avaliação primária. Num segundo nível, ratifica ou não os princípios em que se inspira a política avaliativa: a pertinência, a justiça e o caráter participativo da avaliação". (COTERA e MATAMOROS apud PINTO et al, 2016, p. 94)

## 2.7. Princípios da Autoavaliação Institucional



**Figura 6** - Princípios da Autoavaliação Institucional. Fonte: Adaptado de Dias Sobrinho (2011) pelas autoras, 2020.

Após discorrer sobre a legislação e as etapas da Autoavaliação Institucional, aponta-se os princípios que devem orientar o processo no contexto dos Institutos Federais, conforme figura 6, traçando um caminho de superação da visão mecanicista da avaliação, marcada pelo controle e ranqueamento.

A Avaliação Institucional abrange todos os níveis e segmentos, é formada pelas partes que se integram, ou seja, perpassa por todas as atividades, estruturas e hierarquias de poder e de saber da instituição.

Ao ser realizada em forma de processo permanente, com periodicidade anual, favorece o

desenvolvimento de uma cultura da autoavaliação. Ao ser enfatizada como um dispositivo educativo, reforça seu caráter formativo e não prestado a repreensão ou a penalidades.

O processo ocorre com flexibilidade, passando por ajustes e acertos, que são conduzidos por uma equipe com ampla visão da instituição e que possui credibilidade, focada em guiar a autoavaliação institucional com legitimidade ética e política, deixando todos os participantes seguros para expressar suas ideias. A autoavaliação é adaptada à realidade da própria instituição, motivada por comparabilidade consigo mesma.

## 2.8. Cultura da Autoavaliação Institucional

A efetividade da Autoavaliação Institucional pressupõe uma atenção ao encadeamento de uma cultura. Esse desafio deve permear os espaços e tempos formativos da instituição. Quanto mais profundamente os gestores, membros da CPA e comunidade acadêmica conhecem essa dinâmica planejamento-avaliação-novas ações, mais proveitosos serão os resultados da autoavaliação. Nesse rumo, o trabalho pedagógico pode ser norteado pelas seguintes premissas:

- a) Os atores envolvidos na autoavaliação (servidores, estudantes e representante da sociedade civil organizada) agem de forma alinhada com a legislação, os princípios da autoavaliação, as bases teóricas e as características da institucionalidade dos Institutos Federais.
- b) A razão de ser da autoavaliação é assumida e é utilizada no planejamento das decisões e ações.
- c) A autoavaliação é considerada um processo de transparência, conduzido por uma equipe técnica e ética.
- d) Os gestores e os membros da CPA demonstram expectativas em relação à autoavaliação e têm clareza sobre seu papel em promovê-la.
- e) A responsabilidade de participação no processo de autoavaliação é comunicada e cultivada com toda comunidade acadêmica.
- f) A equipe que conduz o processo permanece focada em desenvolver uma autoavaliação que promova o desenvolvimento da instituição.
- g) Os participantes, principalmente estudantes, sentem que sua participação é valorizada por meio da divulgação de resultados da autoavaliação.
- h) Os instrumentos de autoavaliação são revisados para acompanhar a dinâmica do espaço acadêmico.
- i) Os gestores e estudantes identificam os resultados da autoavaliação por meio das melhorias do espaço acadêmico.

Organizado com base em LUCK, 2011b pelas autoras (2020).





**3. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA  
PRÁTICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DO  
PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO**

## 3.1. GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA



**Figura 7 - Princípios da Gestão Democrática**

De acordo com a Constituição Federal e a LDB, a educação deverá ser ministrada com base nos princípios de gestão democrática. Cabe aos sistemas de ensino definirem as normas da gestão democrática de acordo com as suas peculiaridades, abrangendo a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Cabe destacar que só a lei não garante a participação efetiva no cotidiano. Como diz Barber apud Leite (2005) é preciso uma transformação de interesses privados para *interesses públicos* e de cidadãos privados e independentes para *cidadãos públicos*. E como afirma Paro (2008), a gestão democrática requer: "instalação de uma *estrutura político-administrativa adequada à participação nas tomadas de decisão de todos*".

De acordo com o PDI, no IFSul, a estrutura organizacional compreende: os **Órgãos Colegiados Superiores** (Conselho Superior e Colégio de Dirigentes), **Órgãos Colegiados Acadêmicos** (Colegiado dos Cursos, Conselho de Classe, Núcleo Docente Estruturante), **Comissões permanentes, Câmaras, Comitês**. Além, do **Grêmios Estudantís, Diretório Central de Estudantes (DCE)** e os **Núcleos**.

Os processos decisórios nessas instâncias devem ser orientados pelo *Diálogo*, a *Co-gestão* (LEITE, 2005), a *autoridade compartilhada* (LEITE, 2005), e as responsabilidades são assumidas em conjunto. Esse processo que deve ser acompanhado por todos através de uma *Avaliação Compartilhada* (LIBÂNEO, 2008), conforme representado na figura 7.



## 3.2. PARTICIPAÇÃO

"Participação significa a atuação dos profissionais da educação e dos usuários" (LIBÂNEO, 2008, p. 139) na gestão da instituição. O engajamento e a qualidade da participação influem diretamente no processo de consolidação de uma gestão democrática.

"A organização escolar democrática implica não só a participação na gestão mas a gestão da participação" (LIBÂNEO, 2008, p.143)

### SENTIDOS

Segundo Libâneo (2008), a abertura a participação adquire dois sentidos:

- 1º) Fortalecer a AUTONOMIA da instituição, constituindo como prática formativa, onde a comunidade educativa interage com a sociedade civil;
- 2º) Compartilhar, institucionalmente, certos PROCESSOS DE DECISÃO, e se responsabilizar sobre as decisões.

### OBSTÁCULOS

Também, que segundo Libâneo (2008) a participação, em si, apresenta alguns obstáculos como a manipulação da mídia, a desescolarização da população, falta de organização popular, os quais acabam dificultando a participação popular nos processos decisórios, inclusive na escola.



O mesmo autor apresenta, ainda, os Princípios da Gestão Democrática, aqui, analisado na realidade concreta no contexto da gestão dos Institutos Federais:

- ↳ *Propiciar condições para ações coletivas no ensino, pesquisa e extensão;*
- ↳ *Desenvolver vínculos mais estreitos com a comunidade acadêmica (responsáveis, estudantes, servidores) e com a comunidade externa (entidades e organizações paralelas a escola, mundo do trabalho);*
- ↳ *Trabalhando a concepção da escola, em conjunto com os servidores, para então definirem os Projetos Político-Pedagógicos alinhado ao PPI e ao PDI;*

- ↳ *Utilização de informações concretas e análise de cada problema em seus múltiplos aspectos. Democratização e transparência nas utilizações de informações;*
- ↳ *Celebrar as boas ações e boas práticas de projetos, pesquisa, didática, prática profissional;*
- ↳ *Coordenar e cobrar o cumprimento de responsabilidades compartilhadas conforme um mínimo, através de um planejamento das ações pedagógicas e administrativas acompanhado de uma avaliação compartilhada dos procedimentos e decisões.*



### 3.3. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO



Dalmás (2011, p. 31) afirma que o "planejamento é formado por um complexo composto pelo Marco Situacional (MS), Marco Doutrinal (MD) e o Marco Operacional (MO). O primeiro é a descrição da realidade que se vive. O MD "é a parte do planejamento que pretende mostrar aonde se quer chegar", representa o dever de pessoa, sociedade e de educação, é nesse momento que a comunidade acadêmica descreve a utopia. O MO "é a tomada de decisões concretas".

A equipe coordenadora do processo, por meio de reuniões sistemáticas promove o processo de ação-reflexão-ação.

O planejamento é organizado em quatro etapas (figura 8): 1. Fazer um **leitura da instituição**, com levantamentos qualitativos e quantitativos. 2. Realizar um **diagnóstico**, confrontar o que se espera como ideal (MD e MO) com a realidade educativa da escola (MS). 3. Fazer a **programação**, que define o que será possível fazer durante a execução do plano. 4. **Avaliar**. Cabe complementar que a avaliação não precisa ser uma única etapa, ela pode permear todo o processo, por isso a importância da Autoavaliação Institucional estar vinculada ao planejamento.



**Figura 8** - Etapas do Planejamento Participativo. Fonte: Adaptado de Dálmas (2011) pelas autoras, 2020.





4. FLUXOS E PROCESSOS DA  
ORGANIZAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL NOS PROCESSOS DE  
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



## 4.1. FLUXOS E PROCESSOS

### FLUXOS E PROCESSOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO Educação Profissional e Tecnologia (EPT)

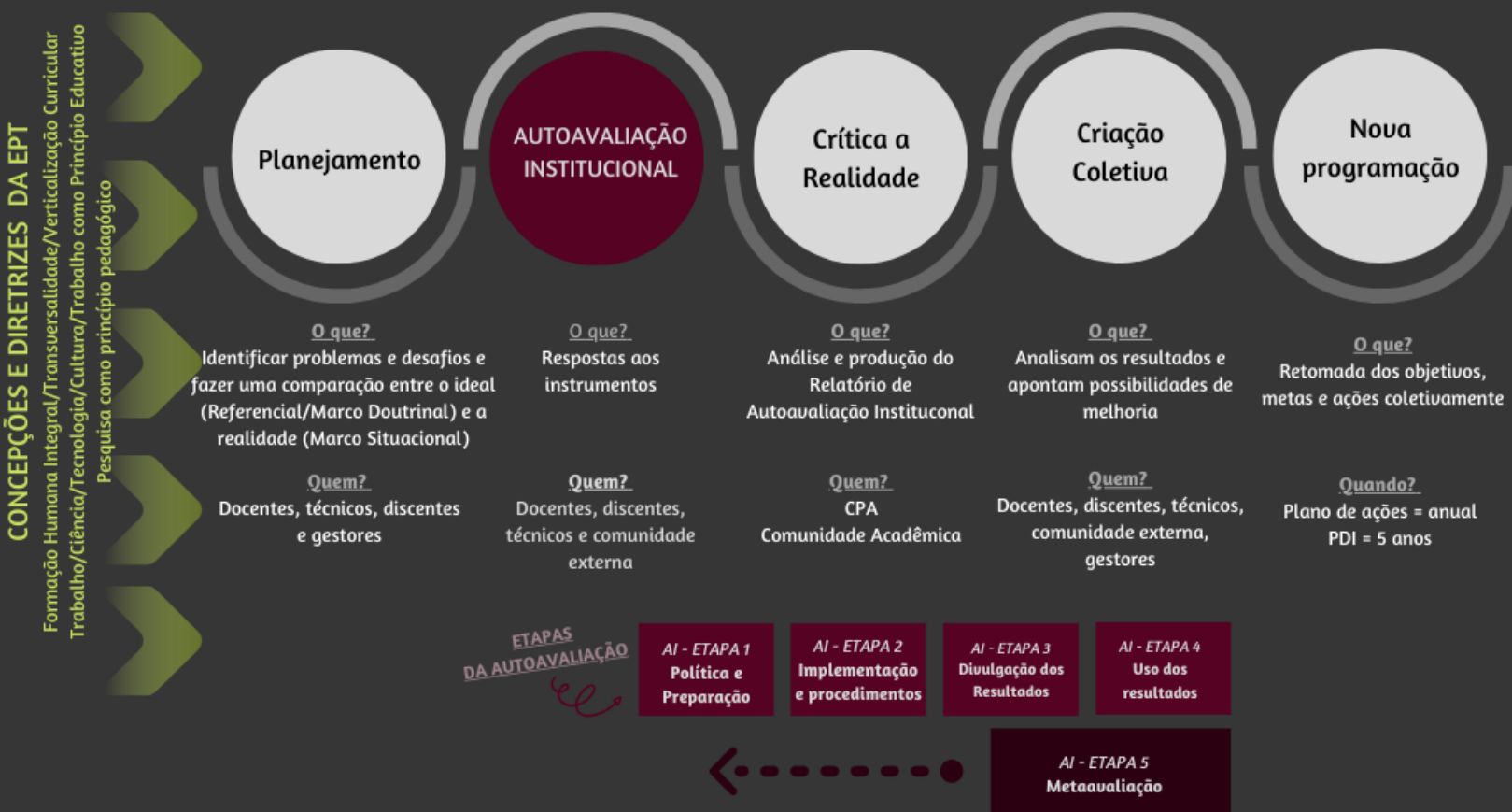


Figura 9 - Fluxos e Processos da Autoavaliação Institucional e Planejamento Participativo. Fonte: organizado pelas autoras com base em: seguintes obras: (DALMÁS, 2011), (GANDIN, 2013), (SAUL, 2003), DANTE et al (2015), BRASIL (2007), KUENZER (1989), PACHECO (2011), RAMOS (2014), SAVIANI (2007); CAPES (2018), 2020

## 4.2. PLANEJAMENTO E AÇÕES DE SUPERAÇÃO

*"O planejamento participativo, assumido como processo de crescimento pessoal e transformação social, talvez seja o único caminho viável para se conseguir a renovação profunda das estruturas e das relações na educação formal" (DALMÁS, 2011, p. 30)*

Atualmente o processo de Autoavaliação Institucional no IFSul está organizado de forma pontual, com a aplicação dos instrumentos de Autoavaliação. Ainda não está consolidada uma cultura de uso os resultados desse processo.

Com base no estudo desenvolvido nesta pesquisa, apresenta-se uma proposta que articula Planejamento - Gestão e Autoavaliação Institucional, num processo com fluxo contínuo e direcionado para a construção de melhorias.

O Fluxo (figura 9) alinha o Planejamento à uma proposta de Autoavaliação na perspectiva emancipatória, que tem como princípio o protagonismo dos agentes envolvidos em uma Instituição Educacional, escrevam a sua "própria história e gerem as suas próprias alternativas de ação" (SAUL, 2010, p.65)

De acordo com Saul (2010) Avaliação emancipatória se desenvolve em diversos momentos que se articulam: primeiro, uma descrição da realidade, que pode abranger conceitos, valores e sentimentos detectados na fase de Planejamento e Autoavaliação. A seguir, Crítica a Realidade e a Criação cole-

iva, marcada por um recuo crítico sobre sua própria ação, através de procedimentos de reflexão sobre a prática e levantamento propositivos sugeridos.

O ciclo se finaliza com uma nova programação, marcada o delineamento de alterações necessárias na instituição.

Necessariamente, em cada etapa do Fluxo, indica-se que todos os agentes atuantes em cada uma das etapas, sejam eles docentes, técnicos, gestores, discentes ou comunidade externa, estejam envolvidos.

As concepções e princípios são apresentadas baseada nos conceitos que permeiam todo o processo, configurando-se uma proposta Autoavaliação voltada para a institucionalidade dos Institutos Federais.

Como aditivo ao fluxo, estão as recomendações de etapas de Autoavaliação Institucional, que devem ser organizadas em cinco etapas, cada uma delas detalhada no Capítulo 2.

O fluxo de autoavaliação não se finaliza, devendo ocorrer de forma permanente, após o encerramento da programação e da realização da metaavaliação, um novo ciclo se inicia.

# GLOSSÁRIO

**COMPARABILIDADE:** “a instituição deve estabelecer as comparações entre os seus projetos e compromissos que consegue realizar” (DIAS SOBRINHO In: DIAS SOBRINHO & BALZAN, 2011, p. 69), projetando-se sobre si mesma e não comparando-se a outras instituições.

**CREDIBILIDADE:** “É imprescindível que todos se sintam seguros quanto à direção traçada e confiem nos articuladores do processo” (DIAS SOBRINHO In: DIAS SOBRINHO & BALZAN, 2011, p. 68), por isso, a importância da escolha da equipe que conduzirá o processo.

**FLEXIBILIDADE:** “o processo poderá passar por ajustes e acertos que signifiquem correção da rota, aperfeiçoamento ou adaptação que melhor assegurem a qualidade da ação.” (DIAS SOBRINHO In: DIAS SOBRINHO & BALZAN, 2011, p. 68), sem que isso signifique cedência ou enfraquecimento dos princípios e objetivos acordados.

**INSTITUCIONALIDADE:** Segundo Dias Sobrinho e Balzan (2011) a avaliação deve fazer parte da instituição (institucionalidade) assim como as comissões, núcleos, conselhos, colegiados, etc.

**INTEGRAÇÃO:** Segundo Dias Sobrinho e Balzan (2011) esse princípio busca captar os sentidos da interação entre departamentos, cursos, docentes, docentes e técnicos-administrativos, para além do entendimento entre as partes.

**JUSTIÇA:** Segundo Figueiredo (1997, p. 74) “tem a ver com a maneira como malefícios e benefícios são distribuídos na sociedade e não com a quantidade absoluta”, implica comparação, retrospectiva e como as instituições distribuem direitos e deveres e determinam as vantagens da cooperação social.

**ORIENTAÇÃO FORMATIVA:** priorizar esse tipo de avaliação significa se atentar para o valor do processo e das “teias intersubjetivas que dão consistência ao esforço coletivo” (DIAS SOBRINHO In Dias Sobrinho & Balzan, 2011, p. 67) de projetar o que é necessário para melhorar a instituição.

**PEDAGOGIA:** “a avaliação intervéem qualitativamente no desenvolvimento dos processos e nas estruturas comunicativas da [instituição educativa], atuando, portanto, como dispositivo educativo das pessoas que nela se envolvem”. (DIAS SOBRINHO In DIAS SOBRINHO & BALZAN, 2011, p. 66). Enfim, é um processo de construção coletiva.

**PARTICIPAÇÃO:** Significa a atuação de toda comunidade acadêmica na Autoavaliação.

**PERMANÊNCIA:** deve ter uma permanência assegurada na vida institucional, para além de projetos de uma dada gestão, como indica (Dias Sobrinho e Balzan, 2011).

**PERTINÊNCIA:** “Quando o programa já foi concluído, examina-se a pertinência do uso futuro da experiência, isto é, se o mesmo tipo de programa deve ser replicado ou não” (RAMOS, e CHABBACH, 2012).

**PROCESSO:** como afirma Dias Sobrinho e Balzan (2011), a autoavaliação institucional deve inscrever-se na prática total da instituição, isto é, realizar-se como cultura.

**QUALIDADE:** significa incluir na avaliação dados qualitativos que expõe questões como o “currículo oculto, as relações educativas concretas, o clima escolar, o desenvolvimento do processo mesmo e as características da ação empreendida coletivamente” (DIAS SOBRINHO & BALZAN, 2011, p. 68).

**TOTALIDADE:** Com base em Dias Sobrinho e Balzan (2011) trata-se de um questionamento sistemático de todas as atividades da instituição, seus fins e seus meios: ensino, pesquisa e extensão, gestão, infraestrutura e condições gerais de trabalho, bem como a participação ampla e assumida dos agentes (estudantes, servidores, representantes dos setores organizados da sociedade).

# REFERÊNCIAS

- BRASIL, Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Ministério da Educação: Brasília (DF), 2016.
- BRASIL, Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Ministério da Educação: Brasília (DF), 2016.
- BRASIL. DECRETO Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília (DF), 2017.
- BRASIL. Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Documento Base. Brasília: MEC/SETEC, 2007. BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras Providências. Brasília (DF), 2004.
- BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília (DF), 2008.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília (DF), 1996.
- BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras Providências. Brasília (DF), 2004.
- BRASIL. PORTARIA Nº 23, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Brasília (DF), 2017.
- CAPES. Relatório do GT de Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação, 2018. Disponível em [https://www.uab.capes.gov.br/images/novo\\_portal/documentos/DAV/avaliacao/06032019\\_Relato%C3%B3rio\\_Final\\_Autoavalia%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.uab.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/06032019_Relato%C3%B3rio_Final_Autoavalia%C3%A7%C3%A3o.pdf), acessado em 15/10/2020.
- DALMÁS, Ângelo. Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS SOBRINHO, José. DIAS SOBRINHO, José. DIAS SOBRINHO, José. BALZAN, Newton César. Avaliação Institucional: teorias e experiências. São Paulo: Cortez, 2011.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Princípios de justiça e avaliação de políticas. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 39, p. 73-103, 1997.
- IFSul. Instituto Federal Sul-rio-grandense. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2019. Pelotas (RS), 2014.
- IFSul. Instituto Federal Sul-rio-grandense. Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024. Pelotas (RS), 2020.
- LEITE, Denise. Reformas Universitárias: avaliação institucional participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: MF Livros, 2008.
- LÜCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira; GİRLINÇ, Robert; KEITH, Sherry. A escola participativa: o trabalho do Gestor Escolar. Petrópolis: Vozes, 2011 (a)
- LUCK, Heloísa. Gestão da Cultura e do clima organizacional da escola. Petrópolis: Vozes, 2011(b).
- PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna: 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 03 de abril de 2019.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2008.
- PINTO, Rodrigo S. et al. Meta-avaliação: uma década do Processo de Avaliação Institucional do SINAES. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 21, n. 1, p. 89-108, 2016.
- RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Revista de administração pública, 2012, 46.5: 1271-1294.
- RAMOS, M.N. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, N.N. Ensino Médio Integrado: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017.
- RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica: In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: da conceituação à operacionalização. In: Cadernos de Pesquisa em Educação. Vitória, v.19, n.39, p. 15-29. Jan/jun. 2014.
- RAMOS, M.N. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, N.N. Ensino Médio Integrado: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017.
- SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.
- SAUL, Ana Maria. Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo. São Paulo: Cortez, 2003.